

ESCOLA LOURENÇO CASTANHO  
PROJETO CIENTÍFICO

**A produção do espaço urbano capitalista e as forças que atuam sobre a cidade:  
um estudo a respeito da recente reforma realizada na área do Vale do  
Anhangabaú**

Luiz Felipe Aranha Camargo Rodrigues Branquinho  
Felipe Balzi Asprino

Orientador: André Pereira Mazini

São Paulo  
Maio de 2021

“Sou eu a cidade sem paz  
As incertezas do dia a dia  
Luzes  
Lutos  
Folhas que caem

Sou eu o milagre que nunca acontece  
Só tenta  
Só reza  
Um dia essa dor vai terminar

Sou eu refletindo nos vidros urbanos  
Correndo  
Gritando  
Ligando  
Esperando ouvir (em meio ao caos) a voz de quem eu amo.”

(Cidade sem paz – Velho Talismã, Alexandra Barcellos)

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é compreender a longa história e debatida do Vale do Anhangabaú, seus processos polêmicos e as forças que por trás do local atuam. Visamos mergulhar em uma jornada de conscientização sobre o tão rico e complexo espaço urbano de uma das maiores metrópoles existentes no mundo, bem como atingir o entendimento de sua formação e dos agentes nela presentes. Dentre as muitas referências teóricas do grupo, selecionamos Roberto Lobato Corrêa como norteador. Seus conceitos tiveram um papel essencial no detalhamento da produção do espaço urbano na sociedade capitalista e em sua composição, sobretudo na compreensão da força do Estado dentro do espaço urbano. Para Corrêa, a força estadual tem uma atuação complexa e variável, tanto no tempo como no espaço, mas refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte. Sendo assim, trata-se de uma suprema potência atuando sobre a vida e o cotidiano de tudo e todos, promovendo mudanças e conseqüentemente afetando, negativa ou positivamente, a sociedade como um todo, como bem visto na recente reforma do Vale do Anhangabaú. Por fim, ao término do projeto, chega-se a conclusão de que a capacidade de mutação promovida pelos órgãos públicos vai muito além da determinação de normas, leis ou padrões, envolvendo muitos interesses secundários. Vemos então a reforma no centro de São Paulo não como um ato democrático, mas sim como um gesto de barbárie, que coloca acima da função principal de uma área pública, uma área do povo, a vontade de terceiros ocultos aos olhos de quem vê.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	6
1.1 A força do Estado dentro do espaço da cidade .....	6
1.2 A composição e os outros agentes .....	8
1.3 Os termos e processos gerais que ocorrem dentro do espaço urbano.....	10
1.4 Os conceitos de áreas luminosas e opacas.....	12
2 O VALE DO ANHANGABAÚ: SURGIMENTO, O CONTEXTO DA ATUAL REFORMA E A CIDADE DE SÃO PAULO .....	14
2.1 O surgimento do vale e suas transformações.....	15
2.2 A reforma do Vale do Anhangabaú e suas mudanças políticas e sociais.....	17
2.3 São Paulo como um todo articulado .....	21
CONCLUSÃO .....	25
REFERÊNCIAS.....	27

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa as reformas urbanas realizadas no Vale do Anhangabaú, região central de São Paulo, sobretudo a promovida durante o governo do prefeito Bruno Covas (2018-2021). Desde o princípio do nosso projeto de pesquisa, tínhamos vontade de estudar algum problema social, mais especificamente na cidade de São Paulo. Nesse sentido, as aulas do curso de Geografia, ministradas pelo professor André Pereira Mazini, que teve como tema o processo de urbanização do território brasileiro: a produção de cidades sem o urbano contribuiu para ampliar nosso interesse pelo tema. A cidade nos foi apresentada como um espaço de contradições e conflitos.

É nesse contexto que entramos em contato com a última reforma urbana realizada no Vale do Anhangabaú, promovida pela gestão do governo Bruno Covas e terminada em 2021. Ao aprofundarmos nossa pesquisa sobre essa reforma constatamos opiniões conflitantes acerca dos impactos que ela ocasionou na região central de São Paulo, sobretudo para aqueles que usam esse espaço cotidianamente. Nosso plano inicial era entrevistar as pessoas que frequentam o Vale do Anhangabaú para levantar suas opiniões sobre as mudanças ali realizadas, porém com o cenário pandêmico atual não foi possível. Nesse sentido, preferimos fazer um estudo teórico sobre as mudanças realizadas nessa região de São Paulo, sobretudo dando destaque para essa última reforma finalizada em 2021. A partir da definição desse objeto de estudo construímos a seguinte problematização: quais são as forças naturais e sociais que atuam por trás das reformas realizadas no Vale do Anhangabaú, sobretudo essa última finalizada em 2021 durante o governo Bruno Covas? Essas reformas representaram uma ação democrática na região central da cidade de São Paulo?

O objetivo geral da pesquisa é conhecer os processos sociais e naturais que estão por trás das reformas do Vale do Anhangabaú, sobretudo em relação a atual reforma finalizada em 2021. Sendo assim, nosso projeto conta com algumas metas específicas como analisar as transformações que ocorreram no Vale do Anhangabaú ao longo do tempo, criticar reformas urbanas de caráter segregador e não públicas. Conhecer o papel de diferentes agentes históricos envolvidos em reformas urbanas, sobretudo do capital

imobiliário, do Estado e dos movimentos sociais de resistências. Para tanto, no primeiro capítulo iremos abordar a produção do espaço urbano na sociedade capitalista, revelando seus principais agentes, como o papel do Estado e do capital imobiliário. No segundo capítulo trataremos das mudanças realizadas no Vale do Anhangabaú durante o processo histórico, sobretudo destacando sua relação com expansão da cidade de São Paulo. Por fim, retrataremos a última reforma realizada no Vale pelo governo do prefeito Bruno Covas e terminada em 2021.

## **1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

O propósito deste capítulo é explicar como se constitui, quem o mantém ativo e de que forma o Espaço Urbano participa no cotidiano do cidadão, utilizando conceitos propostos por Roberto Lobato Corrêa para esclarecer tais informações. Serão mobilizados agentes, processos e relações, visando entender a cidade como algo muito além de somente concreto.

### **1.1 A força do Estado dentro do espaço da cidade**

Inicialmente, Corrêa (1989) põe como poderosa a ação do estado e de seus órgãos em termos de influência na cidade, alegando que pequenas e sigilosas decisões causam grandes impactos e mobilizam grandes massas de interesse. O autor indica, como exemplo, que uma adoção estadual de reprodução do capital interfere diretamente na demanda de uma das grandes e mais importantes vertentes do espaço urbano: as terras e habitações. Mesmo com o grandioso poder do estado sobre a cidade, é importante ressaltar que diversos outros agentes tem influência sob a organização e as normas que regem sobre delimitada área, podendo até, como no caso de proprietários fundiários, donos de uma enorme renda e grandes consumidores de terras, se unirem ao estado a fim de pressionar decisões de leis ou de imposições feitas sobre o uso do solo ou o zoneamento. Mesmo com tais uniões e interferências diretas na legislação, nem todos os proprietários serão beneficiados, mas sim, aqueles com maior valor, potencial, condições e expressividade no cenário capitalista. Ou seja:

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como mar, lagoa, sol, sal, verde e etc., agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infra-estrutura. (CORRÊA, 1989, p.18)

Na visão de Corrêa (1989) o Estado é um enorme industrial, consome lotes, terras e implementa muitas construções que contribuem para a urbanização. De modo geral, o Estado organiza a cidade, determinando pontos e realizando algumas outras ações, podendo doar suas posses para outros dos muitos agentes sociais antes mencionados.

Devido a influência, muitas destas “ações” tomadas e/ou estabelecidas pelo Estado, podem gerar reivindicações por parte daqueles que se enxerguem desfavorecidos com tal norma ou processo, revigorando um dos mais comuns problemas encarados em nossa sociedade: a desigualdade. Essa ideia de desigualdade aparece em: “[...] o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação.” E em, “Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação social. (Corrêa, 1989, p.26)

A respeito de onde ocorrem as ações do Estado, Corrêa (1989) menciona três camadas de atuação: federal, estadual e municipal. Porém, devido as diferentes dimensões sociais e físicas destas instâncias, a maneira com a qual o Estado age também se modifica, sendo na municipal onde os interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Seja qual for o “local” de atuação, o autor indica que a intenção do Estado é criar condições de realização e reprodução para a sociedade. Isso significa que estabelecer condições para permitir a reprodução e acúmulo das classes sociais e suas frações.

Com toda a pressão exercida e a alta demanda de atendimento, o Estado certamente comete determinados erros que geram grande impacto social. Além de outros já antes mencionados, para Corrêa (1989), o processo de “renovação urbana” se baseia na prática radical da retirada dos pobres as áreas centrais, local este que possui alto fluxo de capital e pode gerar bons negócios à seu favor. Com este potencial de manipulação das atividades econômicas, então, o Estado pode acabar gerando alguns tipos de diferenciação, que interferem direta ou indiretamente na desigualdade social. Um exemplo do trecho acima mencionado, aparece dito por Corrêa em:

Tendo em vista estes propósitos o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Assim, os diferenciais de imposto territorial e predial são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social: os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado. (CORRÊA, 1989, p.26)



## 1.2 A composição e os outros agentes

O Espaço Urbano, como antes já descrito, é devidamente manipulado pelo poderoso Estado e suas normas. Muito além de somente uma grande força regendo sobre um determinado local, o espaço da cidade é muito mais complexo, possuindo outros diversos agentes, diferentes composições e inúmeros processos advindos de outros comuns fatores no cotidiano capitalista.

Para Corrêa (1989), existem dentro da cidade três grandes agentes adjacentes ao Estado: os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, e os proprietários dos meios de produção. Os primeiros, promotores imobiliários, são aqueles que, através de acordo e ações, transformam capital financeiro em imóveis de diversas características ao decorrer da cidade. É atribuído a estes agentes os termos “escala de operações”, que se refere ao número de obras geridas simultaneamente pelos mesmos e “escala espacial de atuação”, sendo o local onde são feitas as obras do primeiro. É importante ressaltar que, como indica o autor, ambas as escalas são diretamente proporcionais ao poder deste agente, uma vez que quanto maiores forem, mais poder político possuirão os promotores imobiliários. Por serem produtores de moradias, eles, bem como o Estado, podem gerar a segregação residencial, contribuindo para a formação da então cidade capitalista.

A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que os outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada. (COORÉA, 1989, p.23)

Em segundo lugar, temos os já antes mencionados proprietários fundiários. Estes são proprietários de terras, que visam, constantemente, obter a maior renda fundiária de suas posses, sendo isto feito através do uso mais rentável possível: comercial ou residencial de status. Estes agentes estão principalmente interessados na conversão da terra rural pra terra urbana, à fim de lucrar, colocando o valor de troca acima do valor de uso da determinada terra. Um dos pontos de atenção para estes proprietários são as áreas de periferia pois, como dito acima, são áreas de mudança do rural ao urbano, que podem, ocasionalmente, contar com a interferência de diferentes estruturas agrárias para

a realização dessa mudança. Quanto a forma de ocupação destas áreas periféricas, então, pode se constatar a localização para indústrias, sendo esta a urbanização de status e o uso residencial, sendo este a urbanização popular.

Como último dos grupos-agentes, existem os proprietários dos meios de produção. Como grandes consumidores do espaço físico, sejam proprietários industriais ou grandes empresas comerciais, eles possuem a necessidade de terrenos largos e baratos, com critérios locacionais que satisfaçam as atividades de suas empresas, como por exemplo a proximidade de um porto ou às vias férreas. Para estes agentes, então, a terra exerce duas funções principais: o suporte físico e de possibilitar os requisitos locacionais específicos às atividades. A relação destes proprietários com a terra urbana é bastante aprofundada. O aumento no preço da terra, gerado pela especulação fundiária, afeta as atividades destes proprietários, onerando os custos da expansão dos terrenos e aumentando o preço dos imóveis que atinge salários da força de trabalho, gerando uma pressão vinda dos trabalhadores que exigiriam remunerações mais elevadas, tiradas então do lucro empresarial. De modo geral, os proprietários industriais podem se ver em conflito com, por exemplo, os proprietários fundiários, uma vez que um processo promovido por estes segundos afeta o lucro e então benefício dos grandes donos. De qualquer forma, por serem detentores da vida econômica e política do capitalismo, os conflitos tendem a se resolver para o seu lado.

Nas grandes cidades onde a atividade fabril é expressiva, a ação espacial dos proprietários industriais leva à criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres onde mora a elite, porém próximas às áreas proletárias (Corrêa, 1989, p.15)

Na obra de Corrêa (1989), também é mencionado um outro setor social pertencente ao espaço urbano: os grupos sociais excluídos. Estes, diferentemente dos outros já abordados, modelam de uma maneira nova o espaço da cidade, produzindo o seu próprio espaço nos terrenos públicos e privados invadidos: as favelas. O autor explica que esta classe se vê frente a muitas dificuldades de pagamento de moradia, obrigando, por questões básicas de sobrevivência, esta população a resistir, a estabelecer moradias precárias e solucionar o antigo problema de acesso ao local de

trabalho. Com a evolução destas moradias, uma valorização se responsabiliza por expulsar alguns moradores e atrair outros.

### 1.3 Os termos e processos gerais que ocorrem dentro do espaço urbano

Ademais do processo de favelização recém descrito, muitos outros processos ocorrem nas áreas da cidade capitalista, sendo muitos deles interligados e advindos das ações dos agentes antes discutidos. Portanto, é preciso esclarecer os termos e demonstrar os conceitos.

Como algo decorrente em grandes metrópoles, a centralização e as áreas centrais são de grande importância. Nelas estão localizados os focos das principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Dentro das delimitações destas áreas, existe, denominada por Corrêa (1989), a gênese da área central. O conceito se baseia nas ligações da cidade com o mundo exterior, que derivam em um fluxo de capitais, mercadorias, pessoas e ideias, tendo sido todas estas ligações diretamente afetadas pela grande revolução industrial que as amplificou com as inovações de transporte. A acessibilidade de todos os fatores apresentada nestas áreas é uma grande atração ao povo, porém, devido a localização, o custo da terra é mais elevado.

A respeito dos setores que viabilizam o processo de centralização, Corrêa (1989) indica duas grandes partes: O núcleo central e a zona periférica. Neste primeiro, ocorrem: um intenso uso do solo, uma ampla presença de prédios altos, um menor número de casas, uma concentração diurna e um foco de transportes intra-urbanos. Por outro lado, no segundo espaço, se apresenta: um uso semi-intensivo do solo, uma maior quantidade de prédios menores, o surgimento de áreas residenciais de baixo status social e um foco de transportes inter-regionais.

Adjacentes às áreas centrais e ao núcleo central, Corrêa (1989) descreve o processo de descentralização e os núcleos secundários. Inicialmente, é importante mencionar os fatores de repulsão central, que são: O aumento de impostos, preço da terra e aluguéis (influência na permanência de certas atividades), o congestionamento e alto custo de transporte e comunicações (atrapalha comunicações entre empresas), a

dificuldade de obtenção de espaço para expansão (dificulta crescimento para empresas), imposição de restrições legais (limita ações das firmas) e ausência ou perda de amenidades. Já a descentralização é verificada quando se criam, em áreas não centrais, as seguintes estruturas e processos: Terras não ocupadas, a baixo preço e impostos, infra-estruturas não e/ou má implantadas, facilidade de transportes, qualidade do sítio, como topografia e drenagem, possibilidade de controle do uso de terras e amenidades. De modo geral, descrevemos como um embate entre áreas centrais e áreas não-centrais, onde quando uma oferece mais atração ou motivos de repulsa, a outra se beneficia. Vale ressaltar que a ideia de descentralização é um processo fortemente ligado ao crescimento e expansão da cidade, que a torna um lugar mais complexo com novos núcleos secundários onde ocorrem atividades industriais ou comerciais e de serviços.

Os núcleos secundários comerciais de se serviço se expressam de 2 maiores formas: hierarquizadas e especializadas. A respeito das hierarquizadas, pode-se dizer que tem como áreas de presença os subcentros de bairros, de bairros e lojas de esquina, sendo os eixos dela a rua comercial de bairros. Sobre as especializadas, estão expressas em distritos médicos e distritos de diversões, sendo os eixos as ruas de autopeças, ruas de imóveis e as ruas de confecções. Por outro lado, os núcleos secundários de indústria se responsabilizam por produzir dois padrões locacionais intra-urbanos: Áreas que eram periferias mas não distantes do espaço urbano e indústrias independentes da força hidráulica, antes localizadas nas áreas centrais. Indústrias que produzidas fora da área central ou descentralizadas contribuem para deixar a organização da cidade mais complexa, uma vez que ocupam áreas mais distanciadas e pagam menos aluguel quando comparadas as indústrias centralizadas.

Corrêa (1989) anuncia brevemente o processo de coesão, indicando que este se trata da movimentação ou ação que leva as atividades a se localizarem juntas, tendo como consequência a formação de áreas especializadas em outras regiões da cidade e também na área central.

Outro importante processo já mencionado e também apresentado pelo autor é a segregação e as áreas sociais. Para iniciar a compreensão, existe a segregação residencial, sendo definida como uma concentração de uma massa popular dentro de

um setor do território. As áreas naturais, no entanto, são definidas como áreas marcadas pela tendência à uniformidade da população em termos de três conjuntos de característica: status sócio-econômico, urbanização e etnia. Estas três características, então, originam as áreas sociais, bairros homogêneos e segregados. Como conclusão, pode-se dizer a grande segregação residencial como originária de uma necessidade de organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas. Sobre a ação da segregação residencial nas classes sociais, Corrêa (1989) diz que esta segregação é uma expansão espacial de determinadas classes, que são estruturadas por três forças básicas: a força residual, contato entre um modo de produção dominante e subordinado, a força primária, capital e trabalho, e, por último, as forças derivativas, que surgem devido as necessidades de preservar os processos de acumulação de capital demonstrado pela população.

A respeito de quem produz esta tão complexa segregação, estão principalmente o Estado e as classes dominantes do cenário capitalista, que possuem o poder e selecionam áreas beneficiadas à seu favor.

#### **1.4 Os conceitos de áreas luminosas e opacas.**

Com a enorme complexidade, diversidade, desigualdade e segregação gerada no mundo capitalista, o espaço se torna o reflexo físico dessas características. Através de uma série de fatores já antes mencionados, algumas localidades do espaço se tornam valorizadas, enquanto outras, ocupadas pelas camadas sociais de menor poder aquisitivo, não adquirem tão grande valor.

Sendo assim, com a ação do tempo adjacente a valorização, os grandes controladores do território não enxergam vantagens lucrativas em investir, ocupar ou estabelecer seus produtos nestas áreas, que recebem, como diz Santos (1996), o nome de áreas opacas. Por outro lado, algumas partes do território agarram o valor, com suas mais bem distribuídas opções de transporte, circulações facilitadas e tudo aquilo de que carecem as suas inferiores, as opacas, que, para representar contraste e oposição, recebem o nome de luminosas. Estas partículas territoriais recebem das grandes potências investimento, interesse e ocupação, que a cada dia agravam ainda mais esta

diferenciação e conseqüentemente a segregação. De acordo com Mazini (2007), “A atenção maior vem sendo dada para as áreas mais modernas de produção e de circulação, já que o capital vindo de fora acaba sendo orientando para estas transformações. Portanto, o resto da aglomeração não recebe cuidados”.

Sendo assim, com a divisão e os interesses postos, cria-se meio ao mundo urbano um movimento de auto segregação, onde usam da cidade para ditar o que é bom, ruim, precário ou desenvolvido. Mantendo tais padrões, eleva-se a desigualdade social do país, porém, de uma maneira muito mais difícil de se solucionar.

Um exemplo curioso deste embate é o Vale do Anhangabaú, área escura, porém, que desperta certos interesses. Torna-lá luminosa, através de processos de higiene social, é vantajoso para o Estado, que pretende utilizar do potencial, fluxo e disputa do centro para manipular os lucros e demandas de lá advindos.

## **2 O VALE DO ANHANGABAÚ: SURGIMENTO, O CONTEXTO DA ATUAL REFORMA E A CIDADE DE SÃO PAULO**

O objetivo deste capítulo é compreender como ocorreu o surgimento do Vale do Anhangabaú, captando os processos por trás de suas mudanças e o que levou a prefeitura de São Paulo à decisão de uma nova reforma. Porém, não se pode entrelaçar o conceito de método como metodologia, sendo este primeiro o caminho com o qual exercemos a função do pensamento. O método selecionado por nós, então, é o materialismo histórico dialético e o procedimento é a leitura de fontes e documentos.

Quando posto em pauta o materialismo histórico dialético, inicialmente proposto por Marx e Engels, encontra-se uma maneira ideal da compreensão da realidade para o nosso projeto. Com a necessidade de se partir do empírico e alcançar o concreto, sendo o primeiro uma analogia do Vale do Anhangabaú e o segundo uma compreensão da totalidade dos processos, agentes, composições e produções do espaço urbano, pudemos, através de simultâneas determinações, explicar como a produção do espaço urbano capitalista se desenrola através de pequenas análises que derivam em uma totalidade. Com este profundo propósito de compreensão, então, saímos do plano da aparência da realidade e, através dela, buscamos sua essência, compreendendo as complexas e numerosas relações que antes não se podia visualizar. Nesta jornada pela abstração da realidade a fim de compreendê-la, visamos conhecer quem e como atuam nos processos de renovação urbana acontecidos no vale, utilizando da absorção de conceitos e compreensão dos processos responsáveis por ativar aquilo que entendemos como espaço urbano.

Com o apoio provido pelas confiáveis e renomadas fontes, se tornou viável levar o concreto físico à concreto do pensamento, ocorrendo entre estes um desmanche de processos para a então absorção e uma nova reconstrução dentro de nossas cabeças, que agora possuem a capacidade de enxergar os mínimos, mas tão grandiosos, detalhes de composição das múltiplas realidades que nos circundam.

## 2.1 O surgimento do vale e suas transformações

No início do século XVIII, a expansão do café sobre o Oeste Paulista ocorreu devido a demanda externa, chegada dos imigrantes europeus e a construção de ferrovias, a maneira mais eficiente de escoar os grãos aos portos brasileiros. O Vale do Anhangabaú, em tupi “Rio do diabo” ou “água do mau espírito”, língua do principal povo indígena da região que se encontra a atual capital paulista, era apenas uma paisagem na cidade de São Paulo que, aos colonizadores portugueses dava segurança, já que o relevo da região permite eles ficarem no alto. Dessa maneira, o Vale do Anhangabaú era a localidade que havia plantações de chá da Índia, algodão e café, na propriedade do Barão de Tatuí.

Imagem 1



Fonte: [http://www.iea.usp.br/imagens/anhangabau/image\\_view\\_fullscreen](http://www.iea.usp.br/imagens/anhangabau/image_view_fullscreen)

Sendo assim, a pressão para que o Barão de Tatuí deixasse o local para que ali pudesse construir uma ponte para circular entre os dois lados da cidade que se urbanizava de maneira rápida e caótica, em razão a dificuldade para atravessar o rio e o vale. Por motivos da coerção ao Barão, ele deixa o local e com isso Jules Martin apresentou o primeiro projeto da obra de um viaduto por cima do vale à prefeitura, e assim foi erigida duas pontes para ligar as duas vertentes de São Paulo, o Viaduto do Chá, apelidado de “Viaduto dos Três Vinténs” e o Viaduto Santa Efigênia.



Em seguida, ocorreu a construção do Teatro Municipal nas proximidades do Parque do Vale do Anhangabaú, a fim de atrair mais pessoas para a região e urbanizar o Vale. Dessarte, o vale passou a ser conhecido como “Sala de visitas de São Paulo”, visto que era um dos principais cartões-postais da cidade e era o lugar de passeio da elite paulistana. A partir da alta taxa de urbanização a localidade do Vale e suas vistas, se perdeu o sentido de “horizonte” que a cidade de São Paulo havia.

Além de ser o espaço para o passeio da alta sociedade, o parque do Vale do Anhangabaú, que dividia a cidade velha da nova cidade de São Paulo e inaugurado em 1910 e foi pensando para que ser sede para realizações de comícios e manifestações políticas, como por exemplo a “Campanha das Diretas Já”, no ano de 1984. Devido ao Plano de Avenidas, proposto pelo prefeito Francisco Prestes Maia, que havia como objetivo ampliar o centro da cidade, descentralizar o comércio e fazer com que radiais ligassem o centro aos bairros, ocorreu a construção de avenidas que ligassem o norte e sul da cidade, passando pelo meio do Vale.

Tempos depois, em 1950, houve uma nova tentativa falha, onde efetuou-se a construção de um viaduto subterrâneo para carros, já que a região é favorável a alagamentos, visto que para a construção da pista de baixo da terra, o rio teve que ser sepultado, se tornando um dos piores lugares que alagam na cidade de São Paulo. Desta forma, o Vale do Anhangabaú possuiria uma virtude, no qual se tornaria um ambiente democrático entre carros e pedestres, pois assim como as pessoas, os carros teriam seu próprio espaço para percorrer.

Imagem 2



Fonte: [https://www.wikiwand.com/pt/Buraco\\_do\\_Ademar](https://www.wikiwand.com/pt/Buraco_do_Ademar)

Diante disto, em 1911 foi constituído um novo marco histórico e de desenvolvimento para o Centro Novo da “Terra da Garoa”, o Teatro Municipal, no outro lado do Viaduto do Chá. O Teatro tem uma grande importância para o país, já que foi o berço do modernismo brasileiro, conseqüentemente o Vale do Anhangabaú tem forte importância cultural e artística para a cidade.

Imagem 3



Fonte: <https://miltonjung.com.br/2007/06/04/presidente-da-camara-quer-mudar-nome-do-viaduto-do-cha/>

## **2.2 A reforma do Vale do Anhangabaú e suas mudanças políticas e sociais**

Em primeiro lugar, após a deterioração do centro da cidade de São Paulo, o Vale se tornou um ambiente “sujo” e perigoso, aonde a maior parte das pessoas não quer estar, devido a presença de muitos moradores de rua, prostitutas e um aumento de 91% no índice de roubos, de acordo com o G1. A proposta nova reforma do Vale do Anhangabaú tem como principal proposta de resgatar a conexão entre os dois lados da cidade e se tornar o local de comércio, eventos e shows, para que as pessoas possam circular, se sentirem seguras e para que a população volte a frequentar o centro da cidade.

Em fevereiro de 2021, a prefeitura de São Paulo aprovou um projeto que consistia em fixar blocos de pedras de baixo de diversos viadutos da capital paulistana. Esta determinação possuía caráter higienista, uma forma de retirar a população mais pobre

das ruas, dessa maneira, o Padre Julio Lancelloti, grande ativista e defensor dos desfavorecidos, vai ao local e marreta os paralelepípedos, um ato que simboliza o ataque à injustiça. Esse foi um dos diversos casos de segregação sócio-espacial que acontecem na cidade de São Paulo, o que é semelhante ao que ocorreu na nova reforma do Vale do Anhangabaú, a instalação de chafarizes que seu objetivo concreto é tornar o local mais agradável, porém seu objetivo dialético é fazer com que moradores de ruas e outros “indigentes” sejam dissipados da região.

Desta maneira, a nova reforma do Vale do Anhangabaú, de acordo com Edilson Mineiro, assessor jurídico da União Nacional, esse tipo de obra é para higienização, já que se quer a retirada da população pobre que vive nas ruas do centro da cidade de São Paulo, visando os negócios e o lucro e desprezando as pessoas e suas opiniões. Assim, há uma ampliação da exclusão, visto que a proposta de revitalização do Vale tem de modo a retirar a população já usuária do local, um exemplo é o uso de chafarizes para molhar moradores de ruas que estiverem deitados no chão e trazer novas pessoas, com características diferentes dos desfrutadores atuais, como por exemplo pessoas com maior poder aquisitivo.

Por conseguinte, no ano de 1970 a prefeitura de São Paulo abriu um concurso, que escritórios de arquitetura poderiam mandar seus projetos para a renovação do cartão postal da cidade. O primeiro lugar não havia os requisitos necessários, então o consórcio vencedor, responsável pela reforma passou a ser o “Consórcio Viva o Vale”, um empreendimento realizado pelas empresas estrangeiras: Urbancon, Nacional e B. Internacional Real Estate.

No início da obra, em junho de 2019 ocorreram 7 interrupções na inauguração, porém os representantes da prefeitura não deram motivos. Além disso, a obra está composta por polêmicas, como por exemplo a falta da presença do verde e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal a fim de investigar os atrasos e melhorar as irregularidades na construção do Vale do Anhangabaú. Igualmente, a reforma está causando muito prejuízo à prefeitura, posto que já gastou quase 14 milhões de reais a mais do previsto, de acordo com o site da G1.

Outrossim, o Brasil é patrimonialista, a terra sempre privada e o espaço público foi a negação daquilo que não é propriedade de alguém. Assim, o espaço público é onde

se manifesta a urbanidade, que está inserido no Vale do Anhangabaú, já que empresas privadas são responsáveis tanto pela zeladoria e segurança do parque quanto a própria reforma, enquanto o governo fica encarregado da organização democrática do espaço público, o físico.

Sendo assim, a partir da nova revitalização do Vale do Anhangabaú, muitos vão ao centro em busca de se aculturar, como por exemplo ir na Praça das Artes. Este complexo cultural, criado para receber obras de arte, música, teatro e danças, faz com que os amantes do mundo artístico comecem a se reconectar com o ponto central e revive reviver o centro histórico de São Paulo. Dessa forma, a galeria concebe uma maior circulação de pessoas pelo Vale, portanto irá se tornar um grande salão público para as pessoas, em seu tempo livre, permanecerem.

Imagem 4



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/covas-obras-revitalizar-centro/>

Imagem 5 (pós reforma)



Fonte: <https://avidanocentro.com.br/cidades/vale-do-anhangabau-historia/>

Imagem 6 (pré reforma)



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/reforma-vale-anhangabau/>

### 2.3 São Paulo como um todo articulado

No século XIX, o sudeste e a vila de São Paulo receberam investimentos de capital, devido à expansão do café. O café foi responsável para o desenvolvimento do transporte, como por exemplo a estrada de ferro que ligava o interior, onde as fazendas produziam os grãos à São Paulo que levava via trem as sacas de café para o porto de Santos para exportar para as cidades europeias. Com a riqueza produzida pelo café, São Paulo foi capaz de investir em outras fontes de renda, como por exemplo a criação de indústrias e urbanizar a cidade.

Sendo assim, a capital paulista em seu sítio urbano possui mais de 1500 quilômetros de rios e córregos, uma referência as várias designações de bairros, ruas e avenidas. Porém, a maioria foi tamponado, pois a canalização destes cursos d'água está relacionado ao desenvolvimento da cidade de São Paulo, já que a maioria das cidades europeias canalizaram seus rios, como o rio Sena e o rio Tâmesa e assim São Paulo quis fazer o mesmo.

Desta forma, o tamponamento dos vários córregos e rios foi um erro em nossa urbanização, pois as enchentes são um produto desta ação. Destarte, evitou-se construir nas partes baixa da cidade, visto que essas áreas impermeabilizadas estão sujeitas aos alagamentos e com a secura dos rios, pois assim água não se infiltrará no solo, prejudicando a todos os cidadãos.

Com o aumento da indústria automotiva em São Paulo, chamada de “Chicago da América Latina” e o incentivo de Francisco Prestes Maia com o “Plano de Avenidas de São Paulo”, os carros não tinham tantas ruas e avenidas, desta forma os rios e córregos da cidade tiveram que ser tamponados. Portanto, os rios se transformaram em avenidas para carros, assim a cidade passou a ter mais concreto do que seus cursos d'água.

As mudanças globais causadas pelo ser humano vão impactar na quantidade e qualidade da água e grandes metrópoles, como São Paulo, vão sofrer consequências como proliferação de doenças e menor quantidade de água. O rio Pinheiros é um exemplo de como a poluição dos rios é presente na capital paulista e como o paulistano está acostumado a viver com a contaminação das águas, já que muitos o considerando o grande esgoto a céu aberto da cidade de São Paulo



A partir do processo de metropolização, que foi rápida e espontânea da cidade de São Paulo, muitos foram morar nas periferias, áreas ao redor do aglomerado urbano com falta de infraestrutura e a prática do urbano. Desta forma, a cidade de São Paulo possui um crescimento onde os espaços são segregados, visto que os moradores de regiões mais carentes de infraestrutura, têm piores condições de suporte à vida, enquanto bairros mais nobres dispõem de benefícios, como a coleta de lixo, saneamento básico e o fornecimento de água potável.

Imagem 7



Fonte: [http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/img/mapas/1916.jpg](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1916.jpg)

Imagem 8



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/chuva-intensa-causa-enchentes-e-paralisa-o-transito-em-sao-paulo>

Imagem 9



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/tiete-lembrancas-de-uma-epoca-em-que-o-rio-nao-era-poluido>

Imagem 10



Fonte: <https://www.cidadeecultura.com/hidrografia-sao-paulo/>



Imagem 11



Fonte: <https://www.aquafluxus.com.br/passado-presente-e-futuro-do-rio-pinheiros/?lang=en>

## CONCLUSÃO

Se torna muito mais difícil compreender como se produz o espaço da cidade sem visualizar o mundo atual como um cenário inteiramente capitalista. Com isso em mente, torna-se viável enxergar a reforma ocorrida no Vale do Anhangabaú como algo problemático, que prezou mais por interesses do que pela democracia e conseqüentemente pelo povo. É devido ao forte apego de lucro e acúmulo de capital que os interesses, de agentes terceiros, se sobrepuseram na reforma do Vale, servindo então como um comprovante de como são manipuladas e corrompidas as grandes potências atuando no espaço urbano, já antes discutidas neste trabalho.

A vista dos fatos, se torna compreensível ligar a ideia proposta por Corrêa (1989) de Estado como um grande industrial, uma vez que este, como comandante geral dos interesses, foi capaz de interferir e manipular algo muito além do que por ele é exposto ao povo e publicado nas mídias, sendo que, novamente, priorizou interesses privados através da reforma de uma área pública, com a função de atender ao povo e não de lucrar sobre isto.

Confunde-se aquele que não ligar o contexto e acontecimentos urbanos ao sistema globalizado do capitalismo. É inviável compreender a reforma do Vale do Anhangabaú como um caso problemático caso não levado em conta a atualidade do espaço urbano capitalista, descrito por Corrêa (1989) como fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – como um produto social, resultante de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Se torna claro, então, como um ato violento tal reforma, uma vez que comprova a ideia de Lobato Corrêa e quebra com a função democrática.

Por fim, o Estado, agentes imobiliários, agentes fundiários e os donos dos meios de produção, repassam para a frente a ideia viciosa da produção capitalista, manipulando sigilosamente o uso da terra na capital paulista. Como obvias conseqüências, a vida de muitos frequentadores e usuários do espaço público do Vale do Anhangabaú se veem afetados pela bruta mudança, mas, diferentemente das outras desiguais forças, sem grande poder de mudança. De qualquer modo, a vontade e

demonstração de resistência do povo frente a esta mudança apontam para a urgente necessidade de se estabelecer a paz nas disputas, respeitando ao povo e então livrando o território destes tomado.

## REFERÊNCIAS

**“A força do lugar: a geografia escolar no fortalecimento da resistência e da esperança dos homens lentos a cidade contemporânea.”** (André Pereira Mazini 2007)

“Arquiteturas:Anhangabaú” <https://www.youtube.com/watch?v=xyEu7FKqIoA>. **3 de maio de 2016, SescTV.**

“As forças que disputam o centro de São Paulo” – entrevista com Ermínia Maricato” <https://www.youtube.com/watch?v=NAIOMM0qovo>. **17 de setembro de 2013, AG JORNALISMO.**

“Documentário 3 SOBRE RIOS E CÓRREGOS( Pequi Filmes e LC Barreto)” <https://www.youtube.com/watch?v=4Bgt9prBUFg>. 19 de setembro de 2015, Ambientando Ambientando.

“ENTRE RIOS” – a urbanização de São Paulo” <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc>. 25 de maio de 2011, Editora Contexto.

“O futuro do Anhangabaú” [https://www.youtube.com/watch?v=JshAU3ej\\_94](https://www.youtube.com/watch?v=JshAU3ej_94). **10 de fevereiro de 2015, Folha de S.Paulo.**

“O que é um Vale?” <https://altamontanha.com/o-que-e-um-vale/>. “Anhangabaú – Lugares – Estádio” <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/lugares,anhangabau,7328,0.htm#>.

**“O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação.”** (Glória da Anunciação Alves 1999)

“PRIVADO - Histórias de São Paulo: Vale do Anhangabaú já foi várzea usada para plantação” <https://www.youtube.com/watch?v=kFEZ4Atp6k>. 13 de agosto de 2019, Jornal da Gazeta.

“Reforma do Anhangabaú - Boa ou Ruim?” <https://www.youtube.com/watch?v=l5dNbYDyixc>. 30 de julho de 2020, yamas75.

“Reforma no Anhangabaú pode ampliar exclusão e dar margem para a privatização da área” <https://www.youtube.com/watch?v=aFSKXZ7shLA>. **4 de agosto de 2020, Brasil de Fato.**

“São Paulo, a cidade dos rios invisíveis” <https://www.youtube.com/watch?v=ifUkXKEGfyQ>. 30 de junho de 2014, Rios e Ruas.

“Vale do Anhangabaú – história do bairro de São Paulo / SP”  
<https://www.youtube.com/watch?v=7yNiU3c2cNM>. 29 de maio de 2013, Jefferson Russel.

A. CARLOS, Ana. **A Cidade**. Editora Contexto, 1992.

CORRÊA, Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, 1989.

KOSIK, Karel. **Dialética Do Concreto**. Editora Paz e Terra, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. Editora Hucitc, 1996.

SPÓSITO, Eliseu. **A Vida Nas Cidades**. Editora Contexto, 1994.